



ODS 4-EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ (SEDUC), EM PROL DA SUSTENTABILIDADE CAPITALISTA.

Jociene Araujo Lima, Universidade Estadual do Ceará (UECE), e-mail: jociene.araujo@aluno.uece.br

Resumo

Objetivo Desenvolvimento Sustentável 4- Educação de Qualidade, deriva da agenda sustentável imposta pela Organizações das Nações Unidas (ONU), como medidas a serem implementadas em busca de atingir a sustentabilidade. Para isso, diversos projetos, programas e políticas estão sendo construídas no Brasil tendo como finalidade atingir as demandas da sustentabilidade, como é o caso do estado do Ceará, diversas ações têm sido feitas em prol da concretização da sustentabilidade. Todavia, mais importante do que a criação de ações é analisar se há contradições em suas essências. Assim, questionamos se essas ações que estão sendo desempenhadas na política educacional, pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), estão realmente interessadas em concretizar a sustentabilidade? Para responder tal questionamento, este trabalho tem como objetivo geral rastrear as ações desempenhadas pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), na política educacional, a fim de concretizar a sustentabilidade. A metodologia será a pesquisa bibliográfica e documental. Na análise bibliográfica analisamos os escritos de Chaves (2019), Ramos (2009), Freitas (2014), Lima (2007) e Tonet (2016). Para análise documental iremos analisar o relatório dos ODS, intitulado “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Ações do Governo do Ceará: ODS 4 - Educação de Qualidade” publicados em 2022, pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e Governo do Estado do Ceará. Concluímos que muitas medidas estão sendo construídas em nome da sustentabilidade, porém, a sustentabilidade aqui se pauta na promoção de qualificação dos jovens para mercado de trabalho.

Palavras-chave: Objetivo Desenvolvimento Sustentável 4, Sustentabilidade, Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC).

1. Introdução

Objetivo Desenvolvimento Sustentável 4- Educação de Qualidade, deriva da agenda sustentável imposta pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), como medidas a serem implementadas em busca de atingir a sustentabilidade. Essa política sustentável não é algo novo, as décadas de 70 e 80 foram marcadas por inúmeras conferências e debates acerca da necessidade de criarmos no mundo com ações sustentáveis. Inúmeros esforços estão sendo feitos desde de então para que o mundo se compreenda da necessidade da promoção da sustentabilidade, e da aceitação da sustentabilidade como categoria a ser evidenciada nos discursos, nas pautas políticas, sociais e ambientais.



Diante disso diversos projetos, programas e políticas estão sendo construídas no Brasil e no mundo, tendo como finalidade atingir as demandas da sustentabilidade. Primeiro temos a construção da Agenda Global de Educação ODS4, essa traz recomendações internacionais, que no Brasil são implantadas através do Plano Nacional de Educação (2014-2024). É perceptível que o Plano Nacional de Educação (PNE), traz em sua essência todas as metas impostas pelo ODS4. Em contrapartida o PNE, ela repassa para os estados a responsabilidade de englobar suas políticas dentro do plano estadual. Como é o caso do estado do Ceará, diversas ações têm sido feitas em prol da concretização da sustentabilidade. Todavia, mais importante do que a criação dessas ações é analisar se há contradições em suas essências.

Muitas são as organizações, secretarias e comitês, responsáveis pela excursão dessas políticas sustentáveis em todo o estado do Ceará, partindo disso, questionamos se essas ações que estão sendo desempenhadas na política educacional, pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), estão realmente interessadas em concretizar a sustentabilidade? Para responder tal questionamento, este trabalho tem como objetivo geral rastrear as ações desempenhadas pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), na política educacional, a fim de concretizar a sustentabilidade. A metodologia será a pesquisa bibliográfica e documental. Na análise bibliográfica analisamos os escritos de Chaves (2019), Ramos (2009), Freitas (2014), Lima (2007) e Tonet (2016). Para análise documental iremos analisar o relatório dos ODS, intitulado “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Ações do Governo do Ceará: ODS 4 - Educação de Qualidade” publicados em 2022, pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e Governo do Estado do Ceará.

A pesquisa se justifica por compreender que mesmo no âmbito estadual, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC) tem muito poder de controle das ações desenvolvidas para implementação da sustentabilidade. Porém, para além de olhar as ações que têm sido feitas, é preciso questionar se essas ações estão realmente pautadas na sustentabilidade, ou apenas se adequar ao discurso da ONU de sustentabilidade, mas na verdade se pautam no interesse da expansão capitalista.

2. Fundamentação teórica

A promoção do desenvolvimento sustentável é uma temática muito importante nos últimos anos no cenário internacional, todas as políticas sociais, econômicas e ambientais, colocam em foco a questão sustentável. Depois da construção dos ODS pela ONU o tema ganhou uma abrangência ainda mais cuidadosa (CHAVES, 2019). A urgência do capital de atribuir às pessoas, e as políticas públicas o dever de cuidar do planeta e promover um mundo sustentável, é o centro do debate de várias conferências organizadas pela ONU, desde o início da década de 1970.

O conceito de sustentabilidade disposto pela humanidade em 1980, foi criado na intenção de tentar equilibrar o progresso econômico e tecnológico com a preservação do meio ambiente

(CARNEIRO, 2012). Em 1972, a ONU promoveu a Conferência de Estocolmo na Suécia, contando com a presença de representantes de 113 países. A partir dessa conferência foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, que ficou responsável pela elaboração do relatório “*O futuro que queremos*”, em 1987. Neste relatório, o termo desenvolvimento sustentável foi estabelecido como o desenvolvimento que é capaz de possibilitar o progresso, o avanço da acumulação capitalista, sem comprometer os recursos naturais necessários a sobrevivências das outras gerações (UNESCO, 2005). Porém, se pararmos para analisar isso é impossível, o capital precisa da natureza e sua devastação para conseguir matérias primas para continuar expandindo, assim não há como promover desenvolvimento longe da destruição da natureza.

Outro aspecto importante colocado nesse documento, é o fato dos países ditos em “desenvolvimento”, que são os países pobres do capital, ou seja, aquele que possuem baixo ou médio nível de desenvolvimento econômico e social, como exemplo o Brasil, não conseguirem atingir a mesma velocidade de expansão econômica, social e política que os países “desenvolvidos”, pois não haveria recursos naturais necessários para tal objetivo.

Segundo Chaves (2019), a ONU organizou em junho de 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, um evento que teve como objetivo o debate de estratégias para o alcance do desenvolvimento sustentável, e a diminuição dos danos na natureza, sem, contudo, questionar a insustentabilidade do capitalismo, da exploração, do consumismo. Nesse sentido, a conferência se destacou pela tentativa da criação de planos que evidenciam a união do desenvolvimento socioeconômico, com ações que utilizassem de forma consciente os recursos naturais. Este evento aconteceu no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro e contou com a presença de 179 representantes de países do mundo inteiro, ficando conhecida como Eco-92.

Com base na conferência Eco-92, foram criados alguns documentos essenciais com a finalidade de se alcançar o desenvolvimento sustentável a nível mundial, buscando sempre o discurso de equilibrar desenvolvimento econômico e preservação de recursos sustentáveis. Um desses documentos foi a Agenda 21, que pode ser concebida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, articulando a nível global, nacional e local, governos e a população. O lema exposto pelo ECO92 “pensar globalmente, agir localmente” retrata este objetivo, de pensar no todo mais fazer política locais para que supere o desmatamento e perpetue o desenvolvimento sustentável. Um exemplo disso, é política locais que o atual governo vem fazendo no estado do Ceará.

Porém, na historicidade da construção do lema do desenvolvimento sustentável, foi a partir do fracasso dos resultados da Agenda 21, em que a produção e o consumo aumentaram, causando muitos danos para o meio ambiente e acarretando mais desigualdade social, a ONU, nos anos 2000, promoveu uma nova conferência, a fim de refletir sobre o Desenvolvimento Sustentável. O evento aconteceu em sua sede em Nova Iorque, Estados Unidos, e reuniu 191 delegações de todo o mundo. O debate resultou no compromisso do documento intitulado de



Declaração do Milênio, que teve como objetivo principal impor uma parceria no combate a pobreza e a fome, fatores que dificultariam o desenvolvimento sustentável. Este documento trabalha de forma global para o desenvolvimento em uma série de 8 objetivos[1], definindo 21 metas e 60 indicadores para medir os avanços alcançados em temáticas sociais.

Após o término do tempo dos ODM, se estabeleceu um novo compromisso, agora ditado pela continuidade dos 8 ODM, porém aumentando sua amplitude. A Agenda Global 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi lançada pela ONU, em setembro de 2015 durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. O citado evento contou com a participação de líderes de 193 países. Essa agenda contém 17 metas e 169 estratégias para o alcance daquelas, buscando transformar o mundo sem, contudo, alterar a produção material da existência pautada no poderio do capital. Criando os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O ODS 4, tem sido um plano global que tem se mostrado nos ideais da para sustentar sua perspectiva sustentável na política educacional mundial. Provocando alterações na política a nível nacional e regional. Assim, no próximo tópico, veremos como essas preposições sustentáveis tem sido absorvida na política educacional cearense.

3. Metodologia

A metodologia usada neste trabalho é a revisão de literatura, de análise bibliográfica e documental, de natureza qualitativa. A justificativa pela escolha da pesquisa bibliográfica se dar, por compreender que ele é um ótimo caminho para analisar o objeto de estudo pelo ponto de vista da historicidade. Através do método bibliográfico, o pesquisador pode se aprofundar sobre o objeto de estudo, em matérias já produzidas pelo assunto. Assim, é muito importante compreender os diversos pontos de vista sobre o objeto de estudo, ajudando ao pesquisador a pensar criticamente sobre o seu ponto de vista, o método bibliográfico não se trata apenas repetir informações já conhecida sobre o objeto, mas compreender vários pontos de vista antes de criar sua própria forma de enxergá-lo.

Já a pesquisa bibliográfica, possibilita que seja investigado muito fenômenos através dos documentos, sendo uma fonte de pesquisa. Analisa um documento que vai além de analisar o que está escrito, é entender a historicidade, discussões e interações que estão nas entrelinhas destes documentos.

4. Resultados

Como já enfatizado anteriormente, as políticas educacionais têm se adequado às iniciativas do ODS4, em busca da educação de qualidade, além de traçar recomendações, essa agenda derivada do ODS4 também prevê a educação como um campo extremamente importante para construção da sustentabilidade. Partindo disso, percebemos uma preocupação enorme, por parte do terceiro setor, até mesmo do Estado em monitorar com as metas do ODS4 estão se cumprindo no Brasil. Afinal o ODS4 é premissa para concretização de todos os demais ODS da



ONU. Assim, não apenas a esfera nacional se preocupa com a concretização do ODS4, os estados e municípios brasileiros têm traçado suas políticas próprias prevendo o desenvolvimento sustentável, um exemplo é o Estado do Ceará, que nos últimos anos tem criado uma rede de políticas para assegurar que a sustentabilidade seja alcançada no estado.

Um exemplo dessa preocupação é documento que iremos analisar neste estudo, o documento intitulado: “*Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Ações do Governo do Ceará: ODS 4 - Educação de Qualidade*” publicado em 2022, tem como objetivo mostrar as inúmeras ações que têm sido criadas e desenvolvidas pelo governo do Ceará afim de concretizar a sustentabilidade. Segundo o documento sua missão é “Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará” (RELATÓRIO ODS, 2002, p.5). Todavia, para além de mostrar as ações construídas pelo governo, este documento tem a missão de gerar no cidadão um senso crítico de pertencimento e busca por essas ações, com intuito de concluir o desenvolvimento sustentável.

O documento, já inicia enfatizando a necessidade do monitoramento e da concretização dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que é base para se construir uma sustentabilidade mundial. Apesar de parecer semelhante, há uma grande diferença entre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. O documento em si, não traz esta diferenciação, os dois termos são apresentados nos documentos como sinônimos, característica essa que muito tem colaborado com os discursos capitalistas. É importante enfatizar que a confusão entre os termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, não é problema enfatizado apenas nos documentos do Ceará, o termo já vem sendo desapropriado desde da ONU. A própria ONU, Unesco, e o Banco Mundial, organizações responsáveis pela criação e disseminação do desenvolvimento sustentável tem muito a ganhar com esse equívoco, enquanto desenvolvimentos sustentáveis trabalham com o objetivo de incentivar as pessoas a crescer economicamente e expandir a produção capitalista. A sustentabilidade visa alcançar um bem estar social para toda a humanidade em todas as esferas, como pobreza, saúde, educação. É comum encontrarmos discursos que o desenvolvimento sustentável é o melhor caminho para se encontrar a sustentabilidade, porém, é preciso analisar que sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são totalmente opostos, enquanto um defende a manutenção do consumismo com forma de crescimento econômico o outro visa o bem estar natural.

Partindo disso, o documento do Ceará trabalha com o objetivo capitalista da ONU, que ver o desenvolvimento sustentável como uma premissa que exige ações que ajude a humanidade a desenvolver economicamente levando em consideração a natureza. Neste sentido, o documento esclarece que os ODS estão distribuídos em quatro dimensões: a dimensão social, a dimensão econômica, a dimensão ambiental e dimensão institucional. O ODS4, aqui pesquisado, faz parte da dimensão social, porém, segundo a Unesco (2015) ela pode ajudar a concretizar os demais ODS, inclusive de outras dimensões.



O documento também enfatiza que:

“O levantamento das ações do governo em relação ao ODS 4 foi realizado a partir de pesquisas nas Mensagens à Assembléia Legislativa 5 , Plano Plurianual (PPA)6 , Sistema Integrado de Orçamento e Finanças (SEF/SEPLAG)7 e nos portais das secretarias executoras das ações governamentais.” (RELATÓRIO ODS, 2002, p.5).

Ou seja, foi feita toda uma rede de comunicação com agrupamentos de dados em tempo real dos projetos e políticas, que o estado do Ceará tem levado para concretização do ODS. Assim, os projetos e programas aqui serão abordados fazer parte e foram realizados pelo governo federal no período de 2015 a 2022. O documento destaca que os programas e projetos que foram criando visando o desenvolvimento sustentável no Ceará são coordenado por 5 secretaria do estado e um conselho, são eles: A Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), A Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE), Secretaria da Cultura (SECULT), Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET), a Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) e O Conselho Estadual de Educação (CEE). (RELATÓRIO ODS, 2022).

Cada secretaria é responsável por um programa ou política diferente. Como recorte da temática analisaremos apenas as ações desenvolvidas pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), que tem a missão “garantir educação básica com equidade e foco no sucesso do aluno”, esse objetivo vai de encontro direto com as metas do ODS 4 (equidade e qualidade), além de ofertar oportunidades conectada com a educação profissional, com o mundo do trabalho, do empreendedorismo e com o ensino superior. Ou seja, a educação assim, como em tudo que capital toca, começa a ser pensada como uma esfera mercantil.

Tonet (2016) já enfatiza que [...] a educação é um poderoso instrumento para a formação dos indivíduos. Mas, como já vimos, nas sociedades de classes ela é organizada de modo a servir à reprodução dos interesses das classes dominantes (TONET, 2016, p. 99). Essa ideia da educação a serviço do empreendedorismo, pretende passar um discurso de servir a classe trabalhadora, mas na verdade está a serviço dos grandes empresários. Com o empreendedorismo, o estado tem muito a ganhar, começando por sua economia com direitos trabalhistas, vez que o empreendedor não possui nenhum direito trabalhista assegurado.

Percebemos que no seu interior a secretaria já possui projetos adversos a sustentabilidade, para levar a cabo seu projeto insustentável, ela possui atualmente é responsável por 12 programas em forma de ação. A primeira dele é Programa Inclusão e Equidade na Educação (006 ou 431), este programa tem como objetivo geral:

“Garantir a escola como espaço educador sustentável, inclusivo, acolhedor, que respeite as diversidades e promova a equidade no padrão de acesso, nas condições de oferta, de permanência e nos resultados de aprendizagem, atendendo adequadamente aos educandos com necessidades especiais, com características diferenciadas e/ou àqueles pertencentes às populações vulneráveis em articulação intersetorial.” (RELATÓRIO ODS, 2022, p.17).

Dentre ações impostas dentro programa temos a realização medidas de inclusão, que vai desde da inclusão da deficiência, como por vulnerabilidade econômica, é para este público que o projeto prevê palestra sobre Empregabilidade e o Mercado de Trabalho no Ceará e continuidade da formação sobre os componentes curriculares específicos das disciplinas da qualificação profissional. Ou seja, se analisarmos criticamente este programa tem como objetivo geral alcançar o desenvolvimento sustentável, promovendo uma formação elementar da classe trabalhadora, formando mão de obra barata e conformada. Apesar do projeto enfatizar o objetivo como sustentabilidade, percebemos que o governo tem usado este *slogan* para apresentar aos alunos, um conteúdo palestra e informações voltado apenas para mercado econômico, em nada incentivar a preservação do meio ambiente. Todo projeto ou política segundo Tonet (2016) serve a uma classe, e este projeto serve a classe dominante, alienando a classe trabalhadora sobre o consumismo e importância da empregabilidade para o desenvolvimento sustentável.

Termos também o Programa Acesso e Aprendizagem das Crianças e Jovens na Idade Adequada (008), este programa tem como objetivo, o “Fortalecimento da Educação Infantil e elevação do nível de alfabetização e de aprendizagem das crianças e jovens na idade adequada do Ensino Fundamental” (RELATORIO ODS, 2022, p. 20). Este programa tem como base a meta 4.1[2] do ODS que prevê que é prioridade no país que toda criança seja alfabetizada ainda na educação infantil. Deste programa com mesmo objetivo surge mais um projeto que é o Programa Aprendizagem na Idade Certa (MAIS PAIC). Se analisamos criticamente este programa fazem parte da cartilha de projetos criado hoje pelo capital que envolve a política de responsabilização de avaliações extremas (SEGATTO, 2017).

Segundo Lima (2007), o PAIC é mais um programa da política de avaliação externa cearense, que foi gestada no governo Ciro Gomes (1991-94), pensada como forma de assessorar decisões macro de gestão educacional. Após essa inserção da avaliação, todas as políticas cearenses passaram a preservar uma cultura neoliberal avaliativa, que alguns autores chamam de “avaliocracia”, uma estimulação frenética dos imperativos de mercado na vida social, partindo-se do conceito de que tudo é avaliável, e que boa nota é reflexo daquilo que tem qualidade (CORREIA; FIDALGO F.; FIDALGO N., 2011).

A política de avaliação externas, tem apresentado diversos impactos para a educação, dentre eles temos a responsabilização do professor, como único culpado pelo mau rendimento escolar, além disso, outra característica das avaliações externas é seu caráter de mercantilização



da educação. Além disso, essa avaliação externa ajuda na criação de uma cultura de treinamento somente para uma prova, desconsiderando a autonomia do professor, do aluno causando muito desconforto, desvalorização e desmotivação na equipe.

Arroyo sinaliza (2009, apud FREITAS, 2014, p.1089) que os reformadores empresariais da educação vêm exercendo o seu controle ideológico sobre a escola, através das avaliações, e pela prática de atribuir a responsabilização do fracasso ou sucesso ao professor e alunos, tirando do Estado sua responsabilidade com a qualidade educação. Freitas (2014) aponta que a onda neoliberal que permitiu que os empresários entrassem na educação, ajudou no estabelecimento das avaliações externas na educação brasileiras.

Um exemplo é o Programa Aprendizagem na Idade Certa (MAIS PAIC), que tem como objetivo: “oferecer aos municípios cearenses formação continuada aos professores e apoio à gestão escolar, como forma de apoio na alfabetização dos alunos da educação infantil, do 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano nas escolas públicas cearenses”. O Público-alvo, deste programa Professores da rede pública cearense (RELATÓRIO ODS, 2022, p. 22). Este programa tem por objetivo treinar os professores para que treine os alunos para efetuarem como qualidade as avaliações externas. Mesmo sobre a propaganda de educação de qualidade, este programa prisma sobre a qualidade avaliadas nas avaliações externas, que além de não refletir a real qualidade dos alunos, ainda trás prejuízo à educação.

Outro programa que também podemos destacar dessa secretaria, que tem a finalidade de promover a sustentabilidade na educação, é o Programa Ensino Integrado à Educação Profissional (020). O objetivo deste projeto é atender às necessidades do mundo do trabalho, contribuindo para o desenvolvimento do Estado, para a inserção dos estudantes no mercado de trabalho e no Ensino Superior. (RELATÓRIO ODS, 2022, p. 23). Mais uma vez, vemos a política educacional cearense a servido do mercado, a educação é vista como a solução para os problemas da empregabilidade dos brasileiros, sendo essa esfera responsável pelas mazelas sociais, com a fome, o desemprego, a saúde e muito outros, além de reiterar o ensino destinado à classe trabalhadora. De acordo com Ramos (2009), o ensino médio integrado à educação profissional tem sido uma estratégia de relacionar processos educativos com finalidades próprias em um mesmo currículo, porém, é preciso entender que a finalidade é integrar algo mais amplo.

Podemos encontrar nessa política de defesa a reestruturação do Ensino médio, como um discurso da qualificação profissional tendo este um verdadeiro poder de salvação da pobreza e da oportunidade de entrar no mercado de trabalho. De acordo com estes programas a modificação do Ensino Médio, sob uma perspectiva da mercantilização, ajuda na expansão e no desenvolvimento do país como um todo, onde o desemprego é fruto da falta de qualificação para o trabalho. Ademais, o Ensino Médio público, sobretudo o noturno, funciona desde a década de 1970 como profissionalizante, formando comerciários, escriturários, auxiliares de escritórios, ajudantes de assessorias diversas, entre outras profissões que, apesar de necessárias ao modo



de produção capitalista, não exigem um alto padrão formativo alinhado ao conhecimento científico universal (SANTOS, 2017b).

O Ceará possui mais dois programas que também trabalha nessa perspectiva da articulação entre ensino médio e ensino profissional, são eles: o Programa Desenvolvimento do Ensino Médio (433) e o Programa Educação Profissional Articulada ao Ensino Médio (441), ele tem como objetivo: Garantir educação profissional articulada nos seus mais diversos formatos e ingresso no ensino superior (RELATÓRIO ODS, 2022, p. 26 e 27).

De acordo com Ribeiro (2015), o Ensino Médio sempre esteve voltado ao mercado de trabalho capitalista e, durante o projeto nacional-desenvolvimentista, o fomento ao emprego passou a ser o principal objetivo das políticas educacionais voltadas para o Ensino Médio. Com os objetos internacionais apoiado pela Agenda global de educação 2030, responsável pelo ODS4, que incentive a inserção no mercado de trabalho as políticas cearenses focaram em estabelecer um ideário colocando a educação como finalidade principal a preparação para o mercado de trabalho da forma mais aligeirada, rasa e barata possível. De acordo com Ramos (2010), o interesse capitalista é formar mão de obra barata, econômica e eficiente, por isso, essa política visa que o aluno aprenda mais somente o básico para entrar no mercado de trabalho. Assim o Ensino Médio tem se expandido, ganhando um foco central das políticas, principalmente no estado do Ceará.

Dessa forma, a Educação Profissional se insere no modelo aplicado no estado do Ceará que se estrutura em duas esferas, que compreendem o sistema público e o sistema privado. Se analisarmos o sistema de Educação Profissional e Tecnológica, de ambas as propostas veremos que o setor privado tem como seu principal representante o Sistema S, que é composto atualmente por nove instituições de interesse profissionais na educação, são eles: (Sesi, Sesc, Senac, SESCOOP, Senai, Sebrae, Senat, SEST e Senar), este sistema é composto por uma ampla rede de qualificação profissional, garantindo a oferta de cursos técnicos e profissionais para que o jovem do Ensino médio atende sua força na formação técnica para o mercado (ZIBAS, 2007).

Diante destes inúmeros programas criados pela Secretaria da educação, que envolve todos os níveis de educação, podemos constatar que a uma preocupação com o desenvolvimento da educação sustentável traga no ODS4, essa educação defendida por este ODS, visa uma educação mercantil voltada apenas para exploração da trabalhadora e a acumulação capitalista. Um exemplo disso, é que mesmo após estes programas o número de matrículas em todas as esferas do ensino tenha aumentado isso não significa que melhorou a excelência na aprendizagem, a desigualdade social continua enorme, e o Ceará ainda é um estado que não garante o atendimento a “todos” (XEREZ, 2013).



5. Conclusões

Por fim, concluímos que o objetivo geral dessa pesquisa foi atendido, através do rastreamento das ações desempenhadas pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), na política educacional, a fim de concretizar a sustentabilidade, podemos concluir que muitas medidas estão sendo construídas em nome da sustentabilidade, porém, a sustentabilidade aqui se pauta na promoção de qualificação dos jovens para o mercado de trabalho. Diante destes inúmeros programas criados pela Secretaria da Educação, que envolve todos os níveis de educação, podemos constatar que a uma preocupação com o desenvolvimento da educação sustentável traga no ODS4, essa educação defendida por este ODS, visa uma educação mercantil voltada apenas para exploração da trabalhadora e a acumulação capitalista. A formação defendida pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), em parceria com o governo do Ceará, andam longe de fomentar uma educação de qualidade como visa o ODS4, essa política na verdade tem sua centralidade na educação básica como mecanismo de elevação do nível de formação de mão de obra em função das exigências mercadológicas.

7. Referências bibliográficas

- CORREIA, J. A.; FIDALGO F.; FIDALGO, N. R. A avaliação como trabalho e o trabalho da avaliação. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 33, p. 37- 50, 2011. Disponível em: . Acesso em: 23 mar. 2020.
- FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. n. 129. Campinas, SP: Educação e Sociedade, 2014. p. 1085- 1114, v. 35., 1991.
- RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain. Projeto Educativo e Político-Pedagógico da Escola de Ensino Médio. Orientador: Jacques Therrien. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline et al. (Org.). *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42-57.
- RIBEIRO, Ellen Cristine dos Santos. Ensino Médio integrado no Estado do Ceará: a escola do trabalhador sob a lógica empresarial. Orientador: José Derivaldo Gomes dos Santos. 2015. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 2015.
- SANTOS, Derivaldo. *Educação e precarização profissionalizante: crítica à integração da escola com o mercado*. São Paulo: Instituto Lukács, 2017b.
- TONET, Ivo. *Educação contra o capital*. 3. ed. – Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

IV SUSTENTARE & VII WIPIS
WORKSHOP INTERNACIONAL
Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos
de 16 a 18 de novembro de 2022

EVENTO GRATUITO TOTALMENTE ONLINE

Realização: SUSTENTARE PUDCAMPINAS WIPES WORKSHOP

Apoio: Agência das Bacias PCJ COMITÊS PCJ

XEREZ, Antonia Solange Pinheiro. Educação Profissional no Ceará: políticas e práticas na efetivação dos centros vocacionais técnicos em cenários de reforma (1990-2010). Orientador: Celso do Prado Ferraz de Carvalho. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Nove de Julho (Uninove), São Paulo, 2013.

ZIBAS, Dagmar M. L. Uma visão geral do ensino técnico no Brasil: a legislação, as críticas, os impasses e os avanços. Difusão de Ideias, Rio de Janeiro, p. 1-12, jan. 2007.